

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 30/06/2015 - Edição 1302

Justiça do Piauí autoriza PMT a depositar em juízo pagamentos da Servi-San

A decisão foi tomada nesta sexta-feira, durante audiência para tratar do assunto.

A juíza Basiliça Alves, da 4ª Vara do Trabalho, autorizou a Prefeitura de Teresina a depositar em juízo o pagamento dos valores atrasados aos servidores terceirizados da Servi-San. A decisão foi tomada nesta sexta-feira, durante audiência para tratar do assunto.

Na audiência, a Prefeitura de Teresina apresentou proposta para depositar em juízo o montante já empenhado de R\$ 2.994.034,02. Segundo o Subprocurador-Geral do Município, Ricardo de Almeida, a proposta por parte da Prefeitura de Teresina inclui o depósito em juízo de R\$ 2.994.034,02, valor dividido em duas parcelas, sendo a primeira parte (R\$ 2 Milhões) depositada no dia 03 de julho de 2015 e a segunda (R\$ 994.034,22) no dia 07 de julho de 2015.

A intenção da Prefeitura de Teresina é depositar em juízo o referido montante para garantir que os trabalhadores terceirizados que prestam serviços para o Município possam receber a



Prefeitura deve depositar quase R\$ 3 milhões, divididos em duas parcelas.

sua remuneração, assegura. A preocupação da Prefeitura e a de que os empregados que prestam serviço ao município recebam seus salários e o serviço realizado não seja suspenso, prejudicando a cidade.

A ação foi ajuizada na 4ª Vara do Trabalho pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança, Vigilância, Transporte

de Valores e Serviços Orgânicos de Segurança do Piauí e pelo Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Piauí contra a Empresa Servi-San para pagamento de valores atrasados da remuneração dos trabalhadores que prestam serviços para o Município de Teresina e Estado.

Fonte: Capital Teresina

Senador Paulo Paim, em visita a Niterói, declara apoio ao Piso Nacional dos Vigilantes



Dirigentes sindicais de Niterói, Petrópolis e Duque de Caxias participaram do evento. Senador Paim, parceiro dos vigilantes, reafirmou apoio à Campanha pelo Piso Nacional.

Em visita a Niterói o Senador Paulo Paim (PT) reafirmou seu apoio ao Piso Nacional dos Vigilantes. Paim se encontrou com dirigentes sindicais na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói. Na oportunidade, o presidente do SVNIT, Cláudio José, apresentou ao senador os motivos da campanha pelo Piso Nacional e os sindicatos que apoiam a iniciativa no Rio de Janeiro.

Participaram do encontro os dirigentes sindicais Cláudio Vigilante (SVNIT), Adriano Linhares (SindVig Petrópolis), Carlos Gil (SindVig Duque de Caxias), Paulo Henrique, Sérgio, Adilson e Robson.

Fonte: Svnit



Paim já faz parte do grupo de apoiadores da Campanha pelo Piso Nacional de R\$ 3 mil. Desde o lançamento Paim se colocou à disposição da categoria.

Em reunião, Sindicato dos Vigilantes de Barueri esclarece contribuições mensais e direitos dos trabalhadores

No último sábado, 27, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri realizou a 6ª reunião da Campanha Salarial 2016 com o intuito de debater as cláusulas 56ª (Mensalidade Associativa aos Sindicatos Profissionais) e 57ª (Contribuição Assistencial ou Negocial) com os trabalhadores.

Durante as explanações, a diretoria do Sindicato explicou como funcionam as cobranças sindicais realizadas pelas empresas, decididas em assembleia e presentes na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT); ações de defesa e amparo ao trabalhador, no caso de desligamento da empresa; entre outros assuntos.

“Neste encontro, tivemos a oportunidade de esclarecer para os profissionais de segurança privada a vida financeira da entidade e informar como as contribuições são revertidas em benefícios aos associados”, contou o presidente do Sindicato dos Vigilantes, Amaro Pereira.

“Além disso, os trabalhadores também puderam tirar as suas dúvidas sobre a diferença entre mensalidade assistencial ou negocial e contribuição sindical, ou seja, condições de cada tipo de cobrança, de acordo com os respectivos sindicatos de bases; e como podem reivindicar os seus direitos”, concluiu Amaro Pereira.

Participação dos vigilantes nas reuniões mensais é fundamental para o avanço da Campanha Salarial

Desde janeiro, o Sindicato vem promovendo encontros com os trabalhadores para debater as cláusulas da CCT e propor votação



A diretoria do Sindicato falou sobre as finanças da entidade e explicou como as contribuições são revertidas aos associados.

de decisões a fim de elaborar, no final da 10ª reunião, uma pauta de reivindicações que beneficie toda a categoria.

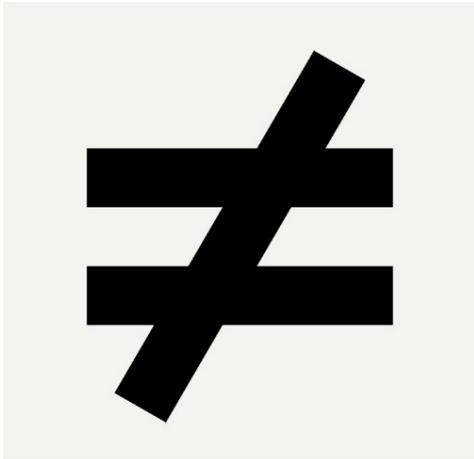
“Faltam apenas quatro reuniões para a realização da grande assembleia geral, quando será aprovada a pauta de Campanha Salarial 2016 a ser apresentada ao sindicato patronal. Por isso, resalto que só vai haver mudança a partir do fortalecimento da participação

de todos nas reuniões. Nós somos os responsáveis em transformar as condições trabalhistas a favor de nossa classe”, ressalta o presidente.

A próxima reunião do Sindicato acontecerá no dia 25/7 e vai debater cláusulas referentes à segurança do vigilante, como uso adequado do colete à prova de balas, uniforme, entre outros tópicos.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Empregadores do Amazonas contratam vigias no lugar de vigilantes e prejudicam trabalhadores



Como forma de contratar um serviço mais barato, os empregadores passaram a contratar agentes de portaria, também conhecidos como vigias, no lugar dos vigilantes. A afirmação é do presidente do Sindicato dos Vigilantes de Manaus, Valderli Bernardo, que se mostra preocupado com a situação. “As empresas querem economizar e muitos vigilantes acabam aceitando ganhar menos e sem benefícios para não ficar desempregado. Isso não pode acontecer”.

De acordo com Bernardo, aproximadamente 2.500 vigilantes foram substituídos por agentes de portaria no último ano, sendo que estes profissionais não recebem os 30% de periculosidade e seus reflexos na remuneração, não usam coletes à prova de balas, não têm planos de saúde e o valor do vale alimentação é inferior ao do vigilante.

Um documento da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) está no Ministério do Trabalho para fazer a alteração na nomenclatura e resolver o problema de uma vez por todas.

Diferença entre vigia e vigilante



O trabalhador contratado como porteiro, vigia, guariteiro, atendente de portaria e similares é aquele que desempenha funções concernentes ao asseio e conservação, não sendo consideradas atividades de vigilância/segurança, tanto que não utilizam armamento em suas atividades e independem de autorização da Brigada Militar ou da Polícia Federal.



Já o vigilante tem a profissão regulamentada pela Lei nº 7.102/83, atinente a função de vigilância/segurança, exercida por profissional que pode utilizar armamento.

A profissão de vigilante pode ser exercida somente por pessoas habilitadas por escolas de formação de vigilantes, permanentemente e periodicamente revalidadas pelo órgão competente, e contratadas por empresas autorizadas pelo Departamento de Polícia Federal.

Fonte: Amazonas Notícias

Governos tucanos de Minas blindaram 'amigos' em roubo do Banco do Brasil

Polícia mineira conclui investigação que indicia parentes diretos da mulher-forte do 'choque de gestão' de Aécio e Anastasia. Empresa já é denunciada por golpe em outro banco público, a CEF

Como Um inquérito da Divisão Especializada em Investigação de Fraudes, da Polícia Civil, que investiga o roubo de R\$ 22,7 milhões de agências do Banco do Brasil em Minas Gerais por meio da empresa de transporte de valores Embraforte, em 2013, aponta uso político da Polícia Civil mineira pelo então governo do PSDB daquele estado para blindar criminosos "amigos".

O delegado Cláudio Utsch, que assumiu e concluiu o inquérito, indiciou e pediu a prisão dos donos da Embraforte, Marcos André Paes de Vilhena e seus dois filhos - Pedro Henrique Gonçalves de Vilhena e Marcos Felipe Gonçalves de Vilhena. São respectivamente irmão e sobrinhos de Renata Vilhena, chefe da Secretaria de Planejamento e Gestão, entre 2006 e 2014. Trata-se da poderosa secretária estadual do "choque de gestão" dos governos tucanos de Aécio Neves e Antônio Anastasia. Ela também foi secretária adjunta de Logística e TI do Ministério do Planejamento do governo Fernando Henrique Cardoso.

"O poder de Renata esteve sempre pronto a auxiliar o irmão, e como é cediço*, tempos atrás a Deif (Divisão Especializada em Investigação de Fraudes) fora usada para atender interesses do grupo político do qual faz parte a ex-secretária", diz o inquérito. O problema, segundo o delegado, seria interferências políticas para atrapalhar as investigações.

*Cediço: indiscutível, claro, notório, conhecido de todos etc. (nota da edição)

Desde que o Banco do Brasil deu queixa do roubo a investigação na Polícia Civil não andou. Só em abril deste ano o novo titular da Deif (Cláudio Utsch) assumiu o caso e

concluiu a investigação, em junho.

Entre as evidências de "blindagem" dos investigados, Utsch relata o que considera manobras para atrasar a investigação, "orquestradas por meio da influência de Renata Vilhena". Uma delas teria sido tirar a investigação da Deif e levar para a Delegacia de Crimes Cibernéticos, que não tem nada a ver com as características do caso. Outra foi a retirada de peças importantes do inquérito pelo antigo delegado do caso.

A Embraforte prestou serviços de transporte de valores ao Banco do Brasil de 2006 a 2014 nas cidades mineiras de Belo Horizonte, Varginha e Passos. O Banco do Brasil descobriu uma fraude nos caixas eletrônicos abastecidos pela empresa, que colocava menos dinheiro do que declarava. Flagrados, os donos reconheceram o ocorrido mas colocam a culpa nos empregados. Estes disseram ter cumprido ordens que vinham de cima, inclusive sob coação.

O inquérito afirma que a Embraforte roubou R\$ 22,7 milhões do Banco do Brasil por meio de depósitos com valores inferiores que os incluídos no sistema da empresa. O esquema foi descoberto pelo próprio banco, uma vez que as investigações pararam em algum gabinete da Polícia Civil.

Utsch pediu também o afastamento de seu antecessor nesta investigação, o delegado César Matoso, acusando-o de ter agido como um "advogado de defesa" dos Vilhena. "A autoridade policial, travestindo-se de advogado de defesa de criminosos, e em parceria com os advogados de defesa, produziu tais peças! Jamais tais oitivas poderão ser consideradas como interrogatórios de criminosos que cometeram graves

crimes de colarinho branco", descreve, no inquérito.

As peças referidas são depoimentos dos investigados de forma completamente anormal e suspeita. Em vez de o escrivão taquigrafar diretamente no PCNet, sistema oficial da Polícia Civil próprio para isto, o fez num programa de edição de texto comum, como se fosse um rascunho, abrindo a possibilidade de seu conteúdo ser alterado antes de ser lavrado como o depoimento oficial. Não bastasse, o próprio delegado César Matoso fez o serviço de passar o "rascunho" para o PCNet oficial, uma atitude bastante suspeita.

A Embraforte é alvo de outro inquérito na Polícia Federal por ocorrência semelhante na Caixa Econômica Federal. Casas lotéricas deram queixa de furto de dinheiro pela empresa. Parte do dinheiro recolhido nas lotéricas pelos carros-forte não era depositada no banco de destino, apesar dos controles apontarem exatidão nas operações.

Os negócios da Embraforte não ficam apenas nos bancos públicos do Brasil. Outra denúncia contra os donos da empresa foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) por trabalho escravo dentro da sede da empresa. Em 2012, fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego encontraram 115 empregados submetidos a jornadas extenuantes, em alguns casos com duração superior a 24 horas, e a condições degradantes de trabalho.

De certa forma, aplicavam na iniciativa privada conceitos que guardam alguma semelhança com aquilo que "choque de gestão tucano" propõe ao serviço público.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF